

TRIBUTOS E LIBERAÇÃO DE VERBAS

(Gazeta Mercantil - 13/10/2005)

A carga tributária no Brasil é elevada porque a Administração Pública é ineficiente e os governos despreparados para elaborar um projeto nacional. E, quanto mais despreparados os que empalmam o poder, menos privilegiam a eficiência da Administração e mais privilegiam a colocação de seus correligionários, muitos deles ávidos em lucrar no exercício da função pública e não em servir ao povo.

Os juros elevados –tanto para manter um mínimo de atração aos investimentos estrangeiros, como para conter, em parte, o aquecimento do mercado e a inflação- terminam gerando o crescimento da dívida e um círculo vicioso, o que implica o permanente aumento da carga tributária para administrá-la. E parcela ponderável da pressão fiscal destina-se a assegurar credibilidade, estando o país ainda, como um dos mais vulneráveis, em nível de seu endividamento.

Tal esforço tributário, todavia, -que não é seguido de um esforço redutor da capacidade dispenditiva do Estado- torna-se inútil.

Ora, o despencar do Brasil, em termos de competitividade, no Fórum Econômico Mundial, de 57º para 65º lugar, sendo ultrapassado pelo México (55), Uruguay (54), Chile (23) e pelos nossos concorrentes diretos, Índia (50) e China (49), é a clara demonstração dos equívocos governamentais.

O grave, todavia, reside na esclerose da máquina pública e na fantástica capacidade de desperdiçar recursos do contribuinte, por incompetência ou politicagem. Entre 117 economias, o Brasil, como país perdulário e destruidor de recursos públicos, ocupa a 111ª posição!!! E atribui-se esta estupenda capacidade de destinar tais receitas tributárias arrecadadas do contribuinte (trabalhadores e empresários) à monumental corrupção, hoje atingindo também os representantes eleitos pelo povo e não apenas a burocracia.

Neste quadro desconfortabilíssimo de um governo incinerador de recursos públicos -em que os Caixa 2, os mensalões e a liberação de verbas orçamentárias, a toque de caixa, aos amigos dos suspeitos de corrupção, para eleger-se o presidente da Câmara-, eleva-se a carga tributária a quase 38% do PIB. Tal nível indecente está garantido pelo arsenal intimidatório de leis e instituições, cujos integrantes nem sempre primam pela discricção, exigindo o cumprimento rigoroso de tributação confiscatória, sem pressionar, curiosamente, os receptores de fantásticas verbas intituladas de "mensalões" ou "caixa 2", os quais se dão ao luxo, inclusive, de eleger amigos e cassar inimigos no Congresso Nacional.

Tudo leva a crer que parte dos tributos da aética imposição brasileira é destinada às verbas liberadas para aliados ou a reciclagens, através de pessoas contratadas pelo Poder. A percepção destes fatos –que os governantes teimam em dizer que não existem, apesar das evidências- é que levou o país à queda relevante, no cenário de competitividade internacional, atribuindo-a, os analistas externos, à corrupção dominante no Poder Público.

Poucos têm consciência de que as verbas orçamentárias liberadas pelo governo para eleger um seu amigo -com o apoio entusiástico dos cassáveis por improbidade- SÃO GERADAS PELOS TRIBUTOS QUE TODOS NÓS PAGAMOS! Mais do que isto, em vez de serem destinadas aos poucos projetos sociais ou à melhoria de serviços públicos, são destinadas a micro-projetos eleitoreiros dos beneficiados para votar no candidato, amigo do rei.

Por esta e outras razões, o injustificável nível impositivo -quase duas vezes maior que da Rússia, China, Índia ou México, nossos concorrentes diretos- não pára de crescer, na exata medida em que decresce a credibilidade em nossa capacidade de competir e na moralização dos serviços públicos no Brasil.

Decididamente, o governo do Presidente Lula, entre seus inúmeros fracassos, exhibe esta monumental queda de credibilidade externa, exatamente no item que tem sido sistematicamente apresentado como único trunfo de seu governo.